

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA  
REQUISITOS DE SISTEMAS**

Objeto: contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em modelo SaaS, para gestão integrada dos processos administrativos, assistenciais, financeiros e gerenciais do SERV SAÚDE.

Critério de organização: os requisitos estão ordenados prioritariamente pela sequência lógica da Lei Municipal nº 4.616/2005, complementados ao final por requisitos transversais de TIC, LGPD, ANS, Design Thinking, edital anterior, esclarecimentos e impugnações.

**1. Critério de destino/fase**

Destino / Fase	Critério de uso
POC	Funcionalidade comum e essencial de solução de gestão de plano de saúde/autogestão, operadora, faturamento, autorização, segurança, integração ou controle, cuja existência deve ser demonstrada antes da contratação, incluindo funcionalidades que, pela sua natureza estrutural, atendam simultaneamente a requisitos específicos da Lei Municipal nº 4.616/2005, quando a conformidade legal constituir característica inerente à própria funcionalidade e não mero ajuste de implantação.
Implementação	Funcionalidade ou regra de negócio não crítica, cuja ausência não compromete a operação essencial do sistema na data da contratação, mas que deverá ser entregue durante o período de implantação, abrangendo parametrizações institucionais, adequações à Lei Municipal nº 4.616/2005, normas internas, fluxos operacionais próprios do SERV SAÚDE e ajustes de usabilidade identificados ao longo da fase de implantação e apropriação do sistema pelos usuários.
Horas técnicas	Melhoria desejável, funcionalidade acessória, automação avançada, integração específica, relatório especial ou desenvolvimento complementar sob demanda.

**2. Matriz consolidada de requisitos de sistemas**

Total de requisitos consolidados: 336.

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-001	Regra de negócio	Configuração institucional	Cadastro institucional do SERV SAÚDE	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 1º	Permitir parametrizar dados institucionais do SERV SAÚDE, incluindo identificação, CNPJ, logomarca, endereço e demais dados usados em guias, relatórios, documentos e comunicações.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-002	Não funcional	Configuração institucional	Identidade visual institucional	TR 03/2026, item 5.5.6	Permitir personalização de telas e documentos com logomarca, cores e identificação visual da instituição.	Implementação
RS-003	Não funcional	Configuração institucional	Parametrização sem alteração de código	TR 03/2026, item 5.7	Permitir configurar regras operacionais, assistenciais, financeiras e cadastrais por parametrização, sem necessidade de alteração estrutural do sistema.	POC
RS-004	Não funcional	Configuração institucional	Histórico de vigência de parâmetros	Lei Municipal nº 4.616/2005, arts. 12, §4º; 30, §5º	Manter histórico de vigência de percentuais, limites, tabelas, prazos, carências e regras alteradas ao longo do tempo.	Implementação
RS-005	Funcional	Cadastro de beneficiários	Cadastro de beneficiário titular	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 4º	Permitir cadastrar beneficiários titulares vinculados ao SERV SAÚDE, com dados pessoais, funcionais, financeiros e situação cadastral.	POC
RS-006	Funcional	Cadastro de beneficiários	Categoria servidor estatutário efetivo	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 4º, I	Permitir classificar titular como servidor estatutário efetivo, ativo ou inativo, conforme vínculo funcional.	POC
RS-007	Regra de negócio	Cadastro de beneficiários	Categoria servidor celetista	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 4º, II	Permitir classificar titular como servidor celetista ativo ou inativo, com regras próprias de contribuição e manutenção.	Implementação
RS-008	Regra de negócio	Cadastro de beneficiários	Categoria pensionista	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 4º, III	Permitir classificar titular como pensionista decorrente de morte ou desaparecimento de servidor titular.	Implementação
RS-009	Regra de negócio	Cadastro de beneficiários	Categoria comissionado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 4º, IV	Permitir classificar titular como ocupante de cargo em comissão.	Implementação
RS-010	Regra de negócio	Cadastro de beneficiários	Categoria agente político	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 4º, IV	Permitir classificar titular como agente político.	Implementação
RS-011	Regra de negócio	Cadastro de beneficiários	Categoria servidor de empresa de economia mista	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 4º, V	Permitir classificar titular como servidor ativo de empresa de economia mista vinculada, quando aplicável.	Implementação
RS-012	Funcional	Cadastro de beneficiários	Identificação única de beneficiário	TR 03/2026, item 5.16.2	Permitir a manutenção de base única de beneficiários, mediante identificação individual única e mecanismos de validação que impeçam a duplicidade de registros cadastrais e garantia da integridade das informações.	POC

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-013	Funcional	Cadastro de beneficiários	Pesquisa de beneficiário	TR 03/2026, item 5.14.6	Permitir pesquisar beneficiários por CPF, nome, matrícula, vínculo, situação cadastral e outros filtros.	POC
RS-014	Funcional	Cadastro de beneficiários	Histórico de movimentações cadastrais	TR 03/2026, item 5.16.6; 5.16.12	Registrar histórico de inclusões, alterações, inativações, reativações, cancelamentos, vínculos e movimentações do beneficiário.	POC
RS-015	Regra de negócio	Beneficiário desligado	Manutenção facultativa após desligamento	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 4º, §1º	Permitir manter segurado desligado quando atendidos os requisitos legais de tempo de contribuição, adimplência e requerimento.	Implementação
RS-016	Regra de negócio	Beneficiário desligado	Prazo para requerer manutenção	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 4º, §1º	Controlar prazo de 10 dias após vencimento do vínculo para requerimento de manutenção do beneficiário desligado.	Implementação
RS-017	Funcional	Cobrança de beneficiário	Boleto para beneficiário desligado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 4º, §2º	Permitir gerar ou registrar boleto bancário para cobrança de beneficiário desligado mantido no plano.	POC
RS-018	Funcional	Cobrança de beneficiário	Débito em conta	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 4º, §2º	Permitir registrar opção de débito em conta para cobrança de beneficiário desligado mantido no plano.	Implementação
RS-019	Funcional	Cobrança de beneficiário	Protesto de boleto	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 4º, §2º	Permitir identificar ou encaminhar cobrança por boleto com possibilidade de protesto, conforme regra institucional.	Implementação
RS-020	Funcional	Cadastro de dependentes	Cadastro de dependente	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º	Permitir cadastrar dependentes vinculados ao beneficiário titular, com documentação, situação e regras de elegibilidade.	POC
RS-021	Regra de negócio	Cadastro de dependentes	Dependente cônjuge	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, I	Permitir classificar dependente como cônjuge do titular.	Implementação
RS-022	Regra de negócio	Cadastro de dependentes	Dependente companheiro ou companheira	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, I e §2º	Permitir classificar dependente como companheiro ou companheira em união estável.	Implementação
RS-023	Regra de negócio	Cadastro de dependentes	Dependente filho menor	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, I	Permitir classificar dependente como filho menor de 18 anos, observadas as condições legais.	Implementação
RS-024	Regra de negócio	Cadastro de dependentes	Dependente pai ou mãe por dependência econômica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, II	Permitir classificar pai ou mãe como dependente econômico quando atendida a regra legal.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-025	Regra de negócio	Cadastro de dependentes	Genitor dependente facultativo	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, III	Permitir inclusão facultativa de genitor como dependente com regra própria de custeio.	Implementação
RS-026	Regra de negócio	Cadastro de dependentes	Filho maior entre 18 e 24 anos	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, IV	Permitir inclusão de filho maior de 18 e menor de 24 anos, solteiro, estudante e economicamente dependente.	Implementação
RS-027	Regra de negócio	Cadastro de dependentes	Dependente sob guarda	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, §1º	Permitir cadastrar menor sob guarda do titular, com comprovação documental.	Implementação
RS-028	Regra de negócio	Cadastro de dependentes	Dependente sob tutela	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, §1º	Permitir cadastrar menor sob tutela do titular, com comprovação documental.	Implementação
RS-029	Regra de negócio	Cadastro de dependentes	Dependente sob curatela	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, §1º	Permitir cadastrar dependente maior sob curatela, com decisão judicial e demais documentos exigidos.	Implementação
RS-030	Funcional	Documentação cadastral	Documentos do dependente	Lei Municipal nº 4.616/2005, arts. 5º e 13, §1º	Permitir anexar certidões, declarações, documentos judiciais, comprovantes de estudo, dependência econômica e demais documentos de qualificação.	POC
RS-031	Funcional	Documentação cadastral	Comprovação de união estável	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, §2º	Permitir registrar documentos comprobatórios de união estável.	POC
RS-032	Funcional	Documentação cadastral	Comprovação de dependência econômica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, §3º	Permitir registrar e anexar elementos de comprovação de dependência econômica.	POC
RS-033	Funcional	Perícia médica	Reavaliação de invalidez ou interdição	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, §4º	Controlar reavaliação anual ou periódica de dependente inválido, interdito ou com condição especial.	Implementação
RS-034	Funcional	Perícia médica	Alerta de reavaliação médica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, §4º	Gerar alertas para reavaliação médica de dependente sujeito a verificação periódica.	Implementação
RS-035	Regra de negócio	Responsabilidade financeira	Responsabilidade subsidiária por dívidas	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 5º, §5º	Permitir registrar débitos do titular e dependentes, com responsabilidade financeira conforme regra legal.	Implementação
RS-036	Regra de negócio	Perda de dependência	Perda por separação judicial ou divórcio	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 6º, I	Permitir excluir dependente cônjuge por separação judicial, divórcio ou anulação de casamento.	POC
RS-037	Regra de negócio	Perda de dependência	Perda por abandono do lar	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 6º, II	Permitir registrar perda da condição de dependente por abandono do lar reconhecido judicialmente.	POC

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-038	Regra de negócio	Perda de dependência	Perda por fim de união estável	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 6º, III	Permitir excluir companheiro ou companheira em razão de cessação da união estável.	POC
RS-039	Regra de negócio	Perda de dependência	Perda por cessação de invalidez ou interdição	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 6º, IV	Permitir excluir dependente quando cessada a invalidez ou interdição.	POC
RS-040	Regra de negócio	Perda de dependência	Perda por casamento ou união estável	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 6º, V	Permitir excluir dependente que contrair casamento ou constituir união estável.	POC
RS-041	Regra de negócio	Perda de dependência	Perda por maioria	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 6º, VII	Controlar perda de dependência por atingimento da idade limite prevista.	Implementação
RS-042	Regra de negócio	Perda de dependência	Perda por fim de dependência econômica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 6º, VIII	Permitir excluir dependente quando cessada a dependência econômica.	POC
RS-043	Regra de negócio	Perda de segurado	Perda da condição de segurado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 7º	Permitir excluir ou inativar beneficiário que perder a condição de servidor público municipal, salvo hipóteses legais de manutenção.	POC
RS-044	Regra de negócio	Licença sem remuneração	Manutenção durante afastamento sem remuneração	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 8º	Permitir manter segurado afastado sem remuneração quando houver manifestação de interesse e pagamento integral.	Implementação
RS-045	Funcional	Cobertura assistencial	Cadastro de coberturas e procedimentos	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º; ANS/TESS/TUSS	Permitir cadastrar procedimentos, eventos assistenciais, coberturas, grupos, tabelas e regras de autorização.	POC
RS-046	Regra de negócio	Cobertura assistencial	Cobertura de consulta médica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, I	Permitir cobertura de consulta médica em consultório ou estabelecimento credenciado.	POC
RS-047	Regra de negócio	Cobertura assistencial	Cobertura de exames AMB/CBHPM	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, II	Permitir cobertura de exames previstos nas tabelas AMB e CBHPM, conforme parametrização.	POC
RS-048	Regra de negócio	Cobertura assistencial	Cobertura de internação em enfermaria	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, III	Permitir cobertura de internação em enfermaria em hospital credenciado.	POC
RS-049	Regra de negócio	Cobertura assistencial	Cobertura de CTI/UTI	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, IV	Permitir cobertura de internação em CTI ou UTI em hospital credenciado.	POC
RS-050	Regra de negócio	Cobertura assistencial	Cobertura de cirurgia AMB/CBHPM	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, V	Permitir cobertura de cirurgias previstas nas tabelas AMB e CBHPM.	POC

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-051	Regra de negócio	Cobertura assistencial	Cobertura de OPME cirúrgica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, VI	Permitir cobertura de órteses, próteses e materiais especiais vinculados a ato cirúrgico.	POC
RS-052	Funcional	Autorização assistencial	Gestão de autorizações	Lei Municipal nº 4.616/2005, arts. 9º, 24, 27 e 28; ANS/TOSS	Permitir solicitação, análise, autorização, negativa, cancelamento e acompanhamento de procedimentos assistenciais.	POC
RS-053	Funcional	Autorização assistencial	Emissão de guia de autorização	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 27; ANS/TOSS	Emitir guia de autorização de procedimento, com identificação do beneficiário, prestador, procedimento, validade e situação.	POC
RS-054	Regra de negócio	Carência	Início de utilização após primeira contribuição	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §1º	Aplicar início de utilização dos serviços após o prazo definido pela Lei, considerando primeiro desconto ou primeira contribuição.	POC
RS-055	Funcional	Rede credenciada	Atendimento por rede credenciada	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §2º; art. 25	Permitir controlar atendimento por prestadores credenciados e bloquear ou sinalizar atendimento fora das condições permitidas.	POC
RS-056	Funcional	Coparticipação	Cálculo de fator moderador	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §3º e art. 12	Calcular coparticipação/fator moderador conforme percentuais, limites, procedimentos e categoria do beneficiário.	POC
RS-057	Regra de negócio	Autorização assistencial	Exigência de prescrição médica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §4º	A solução deverá exigir o preenchimento e permitir o armazenamento dos campos obrigatórios aplicáveis previstos no padrão TOSS vigente para solicitações de exames, internações, CTI/UTI, cirurgias e OPME, bem como a anexação dos documentos necessários à análise da autorização.	Implementação
RS-058	Regra de negócio	Cobertura assistencial	Exclusão de procedimentos não cobertos	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §5º e art. 11	Permitir parametrizar e bloquear procedimentos excluídos de cobertura.	Implementação
RS-059	Funcional	OPME	Requerimento de OPME pelo segurado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §5º, I	Permitir registrar requerimento de OPME pelo titular.	Implementação
RS-060	Funcional	OPME	Anexação de solicitação médica de OPME	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §5º, I	Permitir anexar solicitação médica com indicação do material necessário.	Implementação
RS-061	Funcional	OPME	Registro de cotações de OPME	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §5º, I	Permitir registrar cotações de OPME, preferencialmente três, salvo justificativa.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-062	Regra de negócio	OPME	Justificativa de fornecedor único de OPME	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §5º, I	Permitir registrar justificativa técnica quando houver fornecedor único.	Implementação
RS-063	Regra de negócio	OPME	Análise pericial de OPME	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §5º, a	Submeter solicitação de OPME à análise técnica do médico perito.	Implementação
RS-064	Funcional	OPME	Pagamento direto de OPME	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §5º, b	Permitir registrar pagamento direto de OPME à rede credenciada ou fornecedor.	Implementação
RS-065	Funcional	OPME	Registro ANVISA para material importado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §5º, c	Exigir informação de registro na ANVISA e inexistência de similar quando material for importado.	Implementação
RS-066	Funcional	OPME	Gestão de OPME	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §5º; Design Thinking	Permitir controlar solicitação, documentos, análise, cotação, aprovação, fornecedor, autorização e pagamento de OPME.	POC
RS-067	Regra de negócio	Medicamentos	Medicamento administrado em ambiente assistencial	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §6º	Permitir pagamento de medicamento somente quando administrado em tratamento ambulatorial ou internação, conforme regra legal.	Implementação
RS-068	Funcional	Perícia médica	Laudo pericial para cirurgia eletiva	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §7º	Exigir e registrar laudo do perito para liberação de cirurgia eletiva.	Implementação
RS-069	Funcional	Diretoria executiva	Decisão de cirurgia eletiva	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §7º	Permitir registrar decisão da Diretoria Executiva quanto à liberação de cirurgia eletiva, conforme disponibilidade financeira.	Implementação
RS-070	Funcional	Encaminhamento externo	Encaminhamento fora de Rondonópolis ou MT	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §8º	Permitir registrar encaminhamento externo quando esgotados os recursos técnicos locais e houver aprovação da perícia médica.	Implementação
RS-071	Funcional	Convênios assistenciais	Convênio com operadora ou empresa de saúde suplementar	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §8º, I	Permitir cadastrar convênios com operadoras ou empresas de saúde suplementar para ampliação de cobertura.	Implementação
RS-072	Regra de negócio	Convênios assistenciais	Cobrança de valores excedentes ao segurado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §8º, I	Permitir registrar valores que excedam tabelas regionais ou CBHPM e atribuir responsabilidade ao segurado quando previsto.	Implementação
RS-073	Funcional	Convênios assistenciais	Convênio com instituição pública ou filantrópica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §8º, II	Permitir cadastrar convênios com instituições públicas ou filantrópicas.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-074	Funcional	Remoção	Registro de remoção	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §10	Permitir registrar serviço de remoção do segurado dentro ou fora do município.	Implementação
RS-075	Regra de negócio	Remoção	Ônus do segurado em remoção	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §10	Permitir calcular ou registrar percentual de responsabilidade financeira do segurado em remoção.	Implementação
RS-076	Funcional	Remoção	Autorização de remoção	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §10	Permitir anexar autorização do titular ou responsável para serviço de remoção.	Implementação
RS-077	Funcional	Reembolso / Ressarcimento	Solicitação de ressarcimento	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §§11 e 12	Permitir solicitar, analisar, deferir, indeferir e liquidar ressarcimentos ao beneficiário.	POC
RS-078	Regra de negócio	Reembolso / Ressarcimento	Ressarcimento por procedimento autorizado fora da rede	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §11	Permitir ressarcimento quando procedimento autorizado não for realizado pela rede conveniada.	Implementação
RS-079	Regra de negócio	Reembolso / Ressarcimento	Prazo de 60 meses para ressarcimento	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §11, I	Controlar prazo de 60 meses para requerimento de ressarcimento.	Implementação
RS-080	Regra de negócio	Reembolso / Ressarcimento	Compensação de crédito com débito	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §11, II	Priorizar compensação de crédito do segurado com débitos existentes.	Implementação
RS-081	Regra de negócio	Reembolso / Ressarcimento	Cálculo pela tabela do Instituto	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §12	Calcular ressarcimento com base na tabela adotada para pagamento aos credenciados.	Implementação
RS-082	Funcional	Odontologia	Cadastro de rede odontológica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §13	Permitir cadastrar clínicas e profissionais odontológicos credenciados.	Implementação
RS-083	Regra de negócio	Odontologia	Pagamento odontológico pelo segurado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §13	Registrar que o pagamento do atendimento odontológico é de responsabilidade do segurado, quando aplicável.	Implementação
RS-084	Funcional	Odontologia	Exportação de cadastro para odontólogos	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §14	Permitir disponibilizar cadastro atualizado de segurados e dependentes para odontólogos credenciados.	Implementação
RS-085	Regra de negócio	Comissionados e agentes políticos	Pagamento antecipado para alta complexidade	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §15	Exigir pagamento antecipado de 50% para exames de alta complexidade de comissionados, agentes políticos e dependentes, quando aplicável.	Implementação
RS-086	Regra de negócio	Comissionados e agentes políticos	Pagamento antecipado para cirurgia eletiva	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 9º, §15	Exigir pagamento antecipado de 50% para cirurgias eletivas de comissionados, agentes políticos e dependentes, quando aplicável.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-087	Parametrização	Modelo assistencial	Padrão de acomodação	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 10, §1º	Permitir parametrizar acomodação coletiva/enfermaria como modelo básico de assistência.	Implementação
RS-088	Parametrização	Normas internas	Aplicação de atos normativos internos	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 10, §2º e art. 69	Permitir registrar e aplicar regras definidas por atos normativos internos do SERV SAÚDE.	Implementação
RS-089	Regra de negócio	Exclusões de cobertura	Exclusão de tratamento experimental	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 11, I	Bloquear ou sinalizar tratamento clínico ou cirúrgico experimental.	Implementação
RS-090	Regra de negócio	Exclusões de cobertura	Exclusão de procedimento estético	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 11, II	Bloquear procedimento clínico ou cirúrgico para fins estéticos.	Implementação
RS-091	Regra de negócio	Exclusões de cobertura	Exclusão de órtese ou prótese estética	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 11, II	Bloquear órtese ou prótese para fins estéticos.	Implementação
RS-092	Regra de negócio	Exclusões de cobertura	Exclusão de tratamento de infertilidade	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 11, IV	Bloquear tratamentos relacionados à infertilidade, conforme regra legal.	Implementação
RS-093	Regra de negócio	Exclusões de cobertura	Exclusão de inseminação artificial	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 11, IV	Bloquear inseminação artificial, conforme regra legal.	Implementação
RS-094	Regra de negócio	Exclusões de cobertura	Exclusão de medicamento importado não reconhecido	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 11, V	Bloquear medicamento importado, não nacionalizado ou não reconhecido por órgão competente.	Implementação
RS-095	Regra de negócio	Exclusões de cobertura	Exclusão de medicamento fora de fatura hospitalar	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 11, VI	Bloquear medicamento não constante de fatura hospitalar, quando a regra for aplicável.	Implementação
RS-096	Regra de negócio	Exclusões de cobertura	Exclusão de tratamento domiciliar	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 11, VIII	Bloquear consultas, enfermagem e medicamentos para tratamento domiciliar, salvo norma específica.	Implementação
RS-097	Regra de negócio	Exclusões de cobertura	Exclusão de prótese ou órtese não ligada ao ato cirúrgico	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 11, IX	Bloquear prótese, órtese e acessórios não ligados ao ato cirúrgico.	Implementação
RS-098	Regra de negócio	Exclusões de cobertura	Exclusão de tratamento ilícito ou antiético	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 11, X	Bloquear tratamentos ilícitos, antiéticos ou não reconhecidos por autoridades competentes.	Implementação
RS-099	Regra de negócio	Exclusões de cobertura	Exclusão de transplantes salvo exceção	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 11, XVI	Bloquear transplantes, exceto hipóteses permitidas pela Lei.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-100	Regra de negócio	Exclusões de cobertura	Exclusão de cirurgia plástica estética	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 11, XVII	Bloquear cirurgia plástica com finalidade estética.	Implementação
RS-101	Parametrização	Coparticipação	Tabela de percentuais de fator moderador	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12	Permitir configurar percentuais de fator moderador por grupo de procedimento, categoria, vigência e exceção.	POC
RS-102	Regra de negócio	Coparticipação	Percentual de consulta	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, I	Aplicar percentual de fator moderador para consultas.	POC
RS-103	Regra de negócio	Coparticipação	Limite anual de consultas	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, I	Controlar limite anual de oito consultas por beneficiário.	POC
RS-104	Regra de negócio	Coparticipação	Cobrança integral a partir da nona consulta	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, I	Cobrar 100% do valor da consulta a partir da nona consulta anual, ressalvadas exceções.	POC
RS-105	Regra de negócio	Coparticipação	Exceção para criança de 0 a 12 meses	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, I	Aplicar exceção de cobrança da nona consulta para crianças de 0 a 12 meses.	Implementação
RS-106	Regra de negócio	Coparticipação	Exceção para incapacidade mental	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, I	Aplicar exceção para dependente com comprovada incapacidade mental para a vida civil.	Implementação
RS-107	Regra de negócio	Coparticipação	Percentual de exames laboratoriais	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, II	Aplicar fator moderador para exames de análises clínicas e anatomia patológica.	POC
RS-108	Regra de negócio	Coparticipação	Percentual de exames de imagem e baixa complexidade	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, III	Aplicar fator moderador para exames de imagem e demais exames de baixa complexidade.	POC
RS-109	Regra de negócio	Coparticipação	Limite anual de ressonância	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, IV	Controlar limite anual de ressonância magnética.	POC
RS-110	Regra de negócio	Coparticipação	Limite anual de tomografia	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, IV	Controlar limite anual de tomografia.	POC
RS-111	Regra de negócio	Coparticipação	Limite anual de colonoscopia	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, IV	Controlar limite anual de colonoscopia.	POC
RS-112	Regra de negócio	Coparticipação	Limite anual de cintilografia	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, IV	Controlar limite anual de cintilografia.	POC
RS-113	Funcional	Coparticipação	Prescrição e autorização para fonoaudiologia	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, V	Permitir o anexo da prescrição médica para sessões de fonoaudiologia, permitir que a perícia autorize, reduza, negue ou solicite complementação da quantidade de sessões prescritas, bloquear a emissão da guia sem o	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
					cumprimento dessas etapas e manter histórico das ações realizadas.	
RS-114	Funcional	Coparticipação	Prescrição e autorização para psicologia	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, V	Permitir o anexo da prescrição médica para sessões de psicologia (sessões ABA, psicomotricidade, psicopedagogia, avaliação neuropsicológica) permitir que a perícia autorize, reduza, negue ou solicite complementação da quantidade de sessões prescritas, bloquear a emissão da guia sem o cumprimento dessas etapas e manter histórico das ações realizadas.	Implementação
RS-115	Funcional	Coparticipação	Prescrição e autorização para fisioterapia e Terapia Ocupacional	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, V	Permitir o anexo da prescrição médica para sessões de fisioterapia e terapia ocupacional, permitir que a perícia autorize, reduza, negue ou solicite complementação da quantidade de sessões prescritas, bloquear a emissão da guia sem o cumprimento dessas etapas e manter histórico das ações realizadas.	Implementação
RS-116	Regra de negócio	Coparticipação	Percentual de internação clínica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, VII	Aplicar fator moderador para internação clínica.	Implementação
RS-117	Regra de negócio	Coparticipação	Percentual de tratamento ambulatorial	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, VII	Aplicar fator moderador para tratamento ambulatorial.	Implementação
RS-118	Regra de negócio	Coparticipação	Percentual de cirurgia até média complexidade	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, VIII	Aplicar fator moderador para cirurgias e procedimentos obstétricos até média complexidade.	Implementação
RS-119	Regra de negócio	Coparticipação	Percentual de cirurgia bariátrica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, VIII	Aplicar fator moderador específico para cirurgia bariátrica.	Implementação
RS-120	Regra de negócio	Coparticipação	Percentual de cirurgia com OPME	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, VIII	Aplicar fator moderador específico para cirurgia com OPME.	Implementação
RS-121	Regra de negócio	Coparticipação	Percentual de angioplastia	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, VIII	Aplicar fator moderador específico para angioplastia.	Implementação
RS-122	Regra de negócio	Coparticipação	Percentual de CTI/UTI	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, IX	Aplicar fator moderador para internação em CTI ou UTI.	Implementação
RS-123	Regra de negócio	Coparticipação	Percentual de quimioterapia	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, X	Aplicar fator moderador para quimioterapia.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-124	Regra de negócio	Coparticipação	Percentual de radioterapia	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, X	Aplicar fator moderador para radioterapia.	Implementação
RS-125	Funcional	Coparticipação	Procedimento bucomaxilofacial não estético	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, XI	Aplicar cobrança prevista para cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial não estética.	Implementação
RS-126	Funcional	Coparticipação	Cirurgia reparadora ou reconstrutiva	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, XII	Aplicar fator moderador para cirurgia reparadora ou reconstrutiva.	Implementação
RS-127	Funcional	Coparticipação	Escleroterapia não estética	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, XIII	Aplicar fator moderador para escleroterapia de espuma densa ecoguiada de varizes de médio e grosso calibre não estética.	Implementação
RS-128	Regra de negócio	Coparticipação	Não aplicação de percentuais em paciente internado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, §1º	Deixar de aplicar percentuais específicos quando o procedimento ocorrer em paciente internado, conforme regra legal.	Implementação
RS-129	Regra de negócio	Coparticipação	Consulta pré-natal após limite anual	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, §2º	Aplicar regra específica para segurada em pré-natal que ultrapassar o limite anual de consultas.	Implementação
RS-130	Funcional	Coparticipação	Parcelamento do fator moderador	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, §3º	Permitir parcelar cobranças de fator moderador conforme regulamento.	Implementação
RS-131	Funcional	Coparticipação	Revisão anual de alíquotas	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 12, §4º	Permitir revisar alíquotas anualmente com preservação de histórico de vigência.	Implementação
RS-132	Funcional	Inscrição	Inscrição de beneficiário	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 13	Permitir inscrição de beneficiário com manifestação expressa, documentação e vigência.	POC
RS-133	Regra de negócio	Inscrição	Inscrição facultativa	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 13	Registrar que a inscrição é facultativa e depende de manifestação expressa do servidor.	Implementação
RS-134	Funcional	Inscrição	Declaração de saúde	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 13, I	Permitir registrar declaração de saúde do titular e dependentes no ato da inscrição.	Implementação
RS-135	Funcional	Carência	Gestão de carências	Lei Municipal nº 4.616/2005, arts. 9º e 13; TR 03/2026, item 5.15	Permitir cadastrar, editar, consultar, aplicar e controlar carências por beneficiário, dependente, grupo, procedimento e vigência.	POC
RS-136	Regra de negócio	Carência	Carência de 18 meses	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 13, §2º	Aplicar carência de 18 meses para procedimentos indicados na Lei.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-137	Regra de negócio	Carência	Isenção de carência para recém-nascido	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 13, §2º, I	Dispensar carência de recém-nascido incluído até o 30º dia, desde que o titular já tenha cumprido carência.	POC
RS-138	Funcional	Movimentação cadastral	Inclusão superveniente de dependente	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 13, §3º	Permitir registrar inclusão superveniente de dependente.	POC
RS-139	Funcional	Movimentação cadastral	Exclusão superveniente de dependente	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 13, §3º	Permitir registrar exclusão superveniente de dependente.	POC
RS-140	Regra de negócio	Inscrição	Bloqueio por dívida anterior	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 13, §6º	Bloquear novo credenciamento de segurado com dívida junto ao Instituto até pagamento integral.	Implementação
RS-141	Regra de negócio	Carência	Reinclusão de dependente em menos de um ano	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 13, §7º	Aplicar carência de 18 meses quando dependente excluído por conveniência for reincluído antes de um ano.	Implementação
RS-142	Funcional	Desfiliação	Requerimento de desfiliação	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 14	Permitir registrar desfiliação do segurado mediante requerimento.	Implementação
RS-143	Regra de negócio	Desfiliação	Retorno em até 120 dias	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 14, §1º	Permitir reintegração de beneficiário que retornar até 120 dias após a desfiliação, conforme regra.	Implementação
RS-144	Regra de negócio	Desfiliação	Retorno após 120 dias	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 14, §1º	Aplicar nova carência ao beneficiário que retornar após 120 dias da desfiliação.	Implementação
RS-145	Regra de negócio	Carência	Utilização durante carência com cobrança integral	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 14, §2º	Permitir utilização durante carência mediante pagamento de 100% do fator moderador, quando autorizado pela regra.	Implementação
RS-146	Regra de negócio	Desfiliação	Não restituição de contribuições	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 15	Registrar que desfiliação não gera restituição de contribuições pagas.	Implementação
RS-147	Funcional	Fraude e uso indevido	Registro de uso indevido	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 16	Permitir registrar uso indevido do SERV SAÚDE por segurado ou dependente.	Implementação
RS-148	Funcional	Fraude e uso indevido	Registro de falsificação documental	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 16	Permitir registrar falsificação ou alteração de documento de identificação como segurado ou dependente.	Implementação
RS-149	Regra de negócio	Fraude e uso indevido	Exclusão por uso indevido	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 16	Permitir excluir titular e dependentes por uso indevido, conforme processo administrativo.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-150	Funcional	Fraude e uso indevido	Ressarcimento por fraude	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 16	Permitir registrar cobrança de ressarcimento das despesas efetuadas pelo Instituto em caso de fraude ou uso indevido.	Implementação
RS-151	Funcional	Rede credenciada	Cadastro de prestador	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	Permitir cadastrar prestadores de serviços de saúde, com dados cadastrais, tipo, especialidades, local de atendimento, contratos e situação.	POC
RS-152	Regra de negócio	Rede credenciada / Tabelas	Prestador médico	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	Permitir credenciar médicos.	POC
RS-153	Regra de negócio	Rede credenciada / Tabelas	Prestador hospital	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	Permitir credenciar hospitais.	POC
RS-154	Regra de negócio	Rede credenciada / Tabelas	Prestador clínica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	Permitir credenciar clínicas.	POC
RS-155	Regra de negócio	Rede credenciada / Tabelas	Prestador laboratório	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	Permitir credenciar laboratórios.	POC
RS-156	Funcional	Rede credenciada	Gestão de credenciamento	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	A solução deve permitir que o proponente à Credenciado acesse os Editais de Credenciamento e todos os anexos previstos.	Implementação
RS-157	Funcional	Rede credenciada	Gestão de credenciamento	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	O sistema deverá permitir que o candidato ao credenciamento realize sua solicitação via web, por meio de formulário eletrônico para identificação do candidato, com registro de protocolo e upload de documentos, cuja validação estará condicionada à apresentação em meio eletrônico.	Implementação
RS-158	Funcional	Rede credenciada	Gestão de credenciamento	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	A solução deve permitir ao candidato do Credenciamento consultar o resultado da análise do formulário de credenciamento, sendo informado se as informações submetidas foram deferidas ou indeferidas pela equipe do Serv Saúde.	Implementação
RS-159	Funcional	Rede credenciada	Gestão de credenciamento	Lei Municipal nº 4.616/2005, arts. 17 a 20	Permitir gerenciar solicitação, análise, documentos, vigência, situação e histórico de credenciamento de prestadores.	POC
RS-160	Funcional	Rede credenciada	Portal do prestador	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.7; 5.17.8;	Disponibilizar área restrita para prestadores solicitarem autorizações, enviarem	POC

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
					documentos, registrarem produção e acompanharem status.	
RS-161	Parametrização	Rede credenciada / Tabelas	Tabela AMB	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	Permitir cadastrar e utilizar tabela AMB como referência de pagamento.	Implementação
RS-162	Parametrização	Rede credenciada / Tabelas	Tabela CBHPM	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	Permitir cadastrar e utilizar tabela CBHPM como referência de pagamento.	POC
RS-163	Parametrização	Rede credenciada / Tabelas	Tabela BRASÍNDICE	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	Permitir cadastrar e utilizar tabela BRASÍNDICE para medicamentos e materiais.	Implementação
RS-164	Parametrização	Rede credenciada / Tabelas	Tabela SIMPRO	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	Permitir cadastrar e utilizar tabela SIMPRO para medicamentos e materiais.	Implementação
RS-165	Parametrização	Rede credenciada / Tabelas	Tabela própria do Instituto	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17	Permitir cadastrar tabela própria do Instituto, com vigência e histórico.	POC
RS-166	Regra de negócio	Rede credenciada / Tabelas	Fornecedor de OPME	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 17, parágrafo único	Permitir credenciar fornecedores de OPME.	Implementação
RS-167	Funcional	Credenciamento e rede	Solicitação expressa de credenciamento	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 18, I	Registrar solicitação expressa de credenciamento apresentada pelo prestador.	POC
RS-168	Funcional	Credenciamento e rede	Análise de necessidade do serviço	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 18, II	Registrar análise da necessidade do serviço a ser prestado.	Implementação
RS-169	Funcional	Credenciamento e rede	Análise quantitativa da rede	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 18, III	Registrar quantidade de prestadores já credenciados na especialidade.	Implementação
RS-170	Funcional	Credenciamento e rede	Análise da localidade do prestador	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 18, IV	Registrar localidade do consultório ou estabelecimento de saúde.	Implementação
RS-171	Funcional	Credenciamento e rede	Análise de estrutura física	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 18, V	Registrar avaliação da estrutura física do prestador.	Implementação
RS-172	Funcional	Credenciamento e rede	Substituição de hospital	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 18, §1º	Registrar substituição de entidade hospitalar.	Implementação
RS-173	Regra de negócio	Credenciamento e rede	Aviso de substituição com 30 dias	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 18, §1º	Controlar comunicação aos usuários com antecedência de 30 dias quando houver substituição hospitalar.	Implementação
RS-174	Regra de negócio	Credenciamento e rede	Substituição por fraude	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 18, §1º	Permitir substituição de prestador sem prazo mínimo quando houver fraude.	Implementação
RS-175	Regra de negócio	Credenciamento e rede	Substituição por infração sanitária ou fiscal	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 18, §§1º e 3º	Permitir substituição imediata de prestador por infração sanitária ou fiscal.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-176	Funcional	Credenciamento e rede	Continuidade de internação em hospital substituído	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 18, §2º	Manter controle de internação em andamento até alta hospitalar quando houver substituição hospitalar.	Implementação
RS-177	Funcional	Fiscalização assistencial	Registro de fiscalização de prestador	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 19	Permitir registrar fiscalização da assistência prestada por credenciados.	Implementação
RS-178	Funcional	Fiscalização assistencial	Notícia de irregularidade	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 19, parágrafo único	Permitir registrar notícia de irregularidade ou inadequação do serviço credenciado.	Implementação
RS-179	Funcional	Fiscalização assistencial	Sindicância de prestador	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 19, parágrafo único	Permitir instaurar e acompanhar sindicância sobre irregularidade de serviço credenciado.	Implementação
RS-180	Funcional	Fiscalização assistencial	Penalidade de prestador	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 19, parágrafo único	Permitir registrar penalidade aplicada a prestador credenciado.	Implementação
RS-181	Funcional	Rede credenciada	Descredenciamento por justo motivo	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 20	Permitir registrar descredenciamento unilateral por justo motivo.	Implementação
RS-182	Funcional	Rede credenciada	Comunicação de descredenciamento	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 20	Permitir registrar comunicação aos usuários sobre descredenciamento.	Implementação
RS-183	Regra de negócio	Obstetrícia	Acompanhante de parturiente	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 21	Registrar regra de acompanhante durante trabalho de parto, parto e pós-parto imediato nos prestadores credenciados.	Implementação
RS-184	Funcional	Convênios assistenciais	Convênio de reciprocidade	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 22	Permitir cadastrar convênios de reciprocidade com outras entidades.	Implementação
RS-185	Funcional	Serviço social	Acompanhamento de segurado internado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 23	Permitir registrar acompanhamento de segurado internado por assistente social.	Implementação
RS-186	Funcional	Serviço social	Visita domiciliar	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 23	Permitir registrar visita domiciliar para confirmação de informações cadastrais.	Implementação
RS-187	Funcional	Serviço social	Ações preventivas e informativas	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 23; art. 41, I	Permitir controlar palestras, cursos informativos e ações preventivas promovidas aos segurados.	Horas técnicas
RS-188	Funcional	Perícia / Auditoria médica	Auditoria médica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 24	Permitir análise técnica, perícia e auditoria médica de solicitações, prontuários, faturas e orientações clínicas.	Implementação
RS-189	Funcional	Perícia / Auditoria médica	Autorização de procedimento cirúrgico pelo perito	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 24	Permitir que o médico perito analise e autorize pedidos de procedimentos cirúrgicos.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-190	Funcional	Perícia / Auditoria médica	Perícia em prontuário médico	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 24	Permitir registrar perícia em prontuários médicos de hospitais credenciados.	Implementação
RS-191	Funcional	Perícia / Auditoria médica	Perícia em fatura hospitalar	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 24	Permitir registrar perícia em faturas hospitalares.	Implementação
RS-192	Funcional	Perícia / Auditoria médica	Orientação clínica do perito	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 24	Permitir registrar orientação clínica-médica emitida pelo médico perito.	Implementação
RS-193	Regra de negócio	Atendimento / Autorização	Atendimento por prestador credenciado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 25	Permitir atendimento por prestador escolhido pelo usuário, desde que credenciado pelo SERV SAÚDE.	POC
RS-194	Regra de negócio	Atendimento / Autorização	Responsabilidade por anestesista não credenciado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 26	Registrar responsabilidade do usuário quando houver profissional de anesthesiologia não credenciado.	Implementação
RS-195	Funcional	Atendimento / Autorização	Identificação por carteira do usuário	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 27	Permitir validação do usuário por carteira do SERV SAÚDE, física ou digital.	POC
RS-196	Funcional	Atendimento / Autorização	Identificação por documento com foto	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 27	Permitir registrar validação do usuário por documento de identificação com foto.	POC
RS-197	Funcional	Atendimento / Autorização	Negativa por impedimento administrativo	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 28	Permitir negar autorização quando houver impedimento administrativo, registrando motivação.	Implementação
RS-198	Funcional	Atendimento / Autorização	Negativa por impedimento técnico	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 28	Permitir negar autorização quando houver impedimento técnico, registrando motivação.	Implementação
RS-199	Regra de negócio	Responsabilidade financeira	Ônus por omissão da condição de segurado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 29, I	Registrar responsabilidade integral do usuário quando omitir sua condição de inscrito em entidade credenciada.	Implementação
RS-200	Regra de negócio	Responsabilidade financeira	Ônus por uso durante carência	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 29, II	Registrar responsabilidade integral do usuário quando utilizar serviços durante carência, conforme regra legal.	Implementação
RS-201	Funcional	Financeiro	Contas a receber	Lei Municipal nº 4.616/2005, arts. 30 a 37	Controlar valores a receber de beneficiários, dependentes, órgãos, entidades e demais fontes.	POC
RS-202	Funcional	Financeiro	Gestão financeira	Lei Municipal nº 4.616/2005, arts. 30 a 45; Design Thinking, TR 03/2026, item 5.8	Permitir gestão financeira, contas a pagar e receber, lançamentos, conciliação, pagamentos e relatórios.	POC
RS-203	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Contribuição de servidor estatutário	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, I	Calcular contribuição de servidor municipal estatutário ativo ou inativo.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-204	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Contribuição de servidor celetista	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, II	Calcular contribuição de servidor celetista ativo.	Implementação
RS-205	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Contribuição de pensionista	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, III	Calcular contribuição de pensionista vinculado ao SERV SAÚDE.	Implementação
RS-206	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Contribuição de comissionado	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, IV	Calcular contribuição de servidor comissionado.	Implementação
RS-207	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Contribuição de agente político	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, IV	Calcular contribuição de agente político.	Implementação
RS-208	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Contribuição patronal	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, V e §2º	Calcular contribuição dos órgãos e entidades sobre folha mensal bruta dos vinculados.	Implementação
RS-209	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Contribuição de celetista inativo	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, VI e §3º	Calcular contribuição de servidor celetista inativo em percentual próprio.	Implementação
RS-210	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Percentual de contribuição do titular	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, §1º	Aplicar percentual de contribuição sobre remuneração, proventos, pensões, vencimentos ou gratificações.	Implementação
RS-211	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Percentual de contribuição do órgão	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, §2º	Aplicar percentual de contribuição patronal sobre folha mensal bruta dos vinculados.	Implementação
RS-212	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Suspensão por atraso de 30 dias	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, §4º	Suspender benefícios após 30 dias de atraso da contribuição de segurado cobrado fora da folha.	Implementação
RS-213	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Perda por atraso de 60 dias	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, §4º	Excluir segurado após 60 dias de atraso, consecutivos ou não, conforme regra legal.	Implementação
RS-214	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Reincidência de inadimplência	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, §4º	Identificar reincidência de inadimplência para fins de exclusão.	Implementação
RS-215	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Revisão anual de contribuições	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, §5º	Permitir revisão anual dos percentuais de contribuição conforme cálculo atuarial e resolução do Conselho Deliberativo.	POC
RS-216	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Percentual de dependente genitor	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, §6º; Anexo V	Calcular contribuição de genitor dependente conforme percentual definido no Anexo V ou norma vigente.	POC
RS-217	Regra de negócio	Receita / Contribuições	Percentual de filho maior	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 30, §6º; Anexo V	Calcular contribuição de filho maior dependente conforme percentual definido no Anexo V ou norma vigente.	POC

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-218	Integração	Folha de pagamento	Integração com folha	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 31; Design Thinking; TR 03/2026, item 5.5.22.; 5.8.5	Permitir importação e exportação de dados para folha, incluindo contribuições, mensalidades, coparticipações, débitos e bases de cálculo.	POC
RS-219	Regra de negócio	Folha de pagamento	Desconto de contribuição em folha	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 31	Gerar lançamento de contribuição para desconto direto em folha. <i>(Depende do ente patronal)</i>	Implementação
RS-220	Regra de negócio	Folha de pagamento	Desconto de fator moderador em folha	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 31	Gerar lançamento de fator moderador para desconto direto em folha.	Implementação
RS-221	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Negociação de débito após desligamento	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 31, I	Permitir negociar débito de segurado exonerado ou desvinculado.	Implementação
RS-222	Regra de negócio	Cobrança / Repasse / RH	Prazo de 30 dias para negociação	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 31, I	Controlar prazo de 30 dias para negociação de débito após exoneração ou desvinculação.	Implementação
RS-223	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Parcelamento de débito em até 18 parcelas	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 31, I	Permitir parcelar débito de segurado desligado em até 18 parcelas.	Implementação
RS-224	Regra de negócio	Cobrança / Repasse / RH	Juros de mora de 2%	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 31, II	Calcular juros de mora de 2% sobre saldo devedor não quitado.	Implementação
RS-225	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Notificação de débito vencido	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 31, parágrafo único	Emitir notificação ao beneficiário ou dependente após 90 dias do vencimento do débito.	Implementação
RS-226	Regra de negócio	Cobrança / Repasse / RH	Título executivo extrajudicial	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 31, parágrafo único	Permitir registrar débito como líquido e certo para encaminhamento à execução judicial.	Implementação
RS-227	Regra de negócio	Cobrança / Repasse / RH	Prazo de repasse até dia 20	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 32	Controlar repasse das contribuições consignadas até o dia 20 do mês subsequente.	Implementação
RS-228	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Correção monetária por atraso	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 33, I	Calcular atualização monetária sobre repasse em atraso.	Implementação
RS-229	Regra de negócio	Cobrança / Repasse / RH	Juros de 1% ao mês por atraso	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 33, II	Calcular juros moratórios de 1% ao mês sobre repasse em atraso.	Implementação
RS-230	Regra de negócio	Cobrança / Repasse / RH	Multa de 2% por recolhimento em atraso	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 33, III	Calcular multa de 2% sobre repasse recolhido espontaneamente em atraso.	Implementação
RS-231	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Fiscalização de arrecadação	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 34	Permitir fiscalizar arrecadação e recolhimento de valores devidos ao Instituto.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-232	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Verificação de folha de pagamento	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 34	Permitir verificar folhas de pagamento dos segurados conveniados.	Implementação
RS-233	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Compensação com licença-prêmio	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 34, §1º	Registrar compensação de débito com valores de licença-prêmio, quando autorizado.	Implementação
RS-234	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Controle de fundo de reserva	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 35	Controlar fundo de reserva do SERV SAÚDE.	Implementação
RS-235	Regra de negócio	Cobrança / Repasse / RH	Uso emergencial do fundo de reserva	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 35, §2º	Registrar uso do fundo de reserva em situações emergenciais ou imprevistos orçamentários.	Implementação
RS-236	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Comunicação de nomeação	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 36	Registrar ou importar atos de nomeação.	Implementação
RS-237	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Comunicação de admissão	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 36	Registrar ou importar atos de admissão.	Implementação
RS-238	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Comunicação de exoneração	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 36	Registrar ou importar atos de exoneração.	Implementação
RS-239	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Comunicação de demissão	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 36	Registrar ou importar atos de demissão.	Implementação
RS-240	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Comunicação de dispensa	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 36	Registrar ou importar atos de dispensa.	Implementação
RS-241	Funcional	Cobrança / Repasse / RH	Comunicação de alteração funcional	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 36	Registrar ou importar alterações funcionais.	Implementação
RS-242	Regra de negócio	Cobrança / Repasse / RH	Contribuição indevida sem direito assistencial	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 37	Registrar contribuição recolhida indevidamente sem gerar direito assistencial.	Implementação
RS-243	Funcional	Contas médicas	Recebimento de conta médica	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 41 e art. 55	Permitir receber, importar, digitar, analisar, auditar e processar contas médicas e hospitalares.	POC
RS-244	Funcional	Contas médicas	Processamento TISS	ANS/TISS; TR 03/2026, item 5.17.8; 5.22.2	Permitir importação de produção e contas por arquivo padrão TISS ou API/webservice, quando aplicável.	POC
RS-245	Funcional	Contas médicas	Cadastro de lotes e guias	TR 03/2026, item 5.7	Permitir cadastrar, importar, consultar e controlar lotes e guias de faturamento.	POC
RS-246	Funcional	Contas médicas	Glosa parcial e total	TR 03/2026, item 5.17.3	Permitir registrar, justificar e acompanhar glosa parcial e total.	POC
RS-247	Funcional	Contas médicas	Recurso de glosa	ANS/TISS; Design Thinking; TR 03/2026, item 5.17.3	Permitir registrar recurso de glosa e decisão da operadora/autogestão, com histórico e justificativa.	POC

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-248	Funcional	Tabelas e preços	Importação de tabelas	TR 03/2026, item 5.17.1.6	Permitir importar, mapear, auditar, validar e manter vigência de tabelas de preços e procedimentos.	POC
RS-249	Funcional	Tabelas e preços	Relacionamento entre tabelas	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.6; 5.6.4; 5.6.5	Permitir relacionar códigos de tabelas distintas de procedimentos, materiais e medicamentos.	Implementação
RS-250	Funcional	Contas médicas	Correção de inconsistências	TR 03/2026, item 5.17.3.15	Permitir identificar e corrigir itens de produção com inconsistências antes do fechamento do faturamento.	POC
RS-251	Relatório	Contabilidade / Prestação de contas	Valor de contribuição dos entes estatais	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 46, I	Demonstrar valor de contribuição dos entes estatais.	Implementação
RS-252	Governança	Controle	Prestação de Contas	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, IV, c; Lei nº 14.133/2021, art. 117.	O sistema deverá permitir o cadastro e a gestão do fiscal responsável por cada contrato celebrado com os credenciados, possibilitando a vinculação de um fiscal por contrato, com registro obrigatório do número e data da portaria de nomeação, período de vigência da designação e dados do servidor responsável. O sistema deverá ainda emitir alertas automáticos sobre o vencimento das portarias de nomeação, garantindo a continuidade e a rastreabilidade da fiscalização contratual.	Implementação
RS-253	Governança	Controle	Prestação de Contas	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, IV, c; Lei nº 14.133/2021, art. 117.	Permitir a geração de relatórios estruturados de contratos fiscalizados, segmentados por fiscal de contrato, contendo as informações necessárias ao atendimento das exigências de prestação de contas e fiscalização dos órgãos de controle, inclusive do Sistema APLIC/TCE-MT.	Horas Técnicas
RS-254	Relatório	Contabilidade / Prestação de contas	Valor de contribuição dos segurados	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 46, II	Demonstrar valor de contribuição dos segurados.	Implementação
RS-255	Relatório	Contabilidade / Prestação de contas	Valor da despesa com pessoal ativo	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 46, III	Demonstrar valor da despesa total com pessoal ativo.	Implementação
RS-256	Relatório	Contabilidade / Prestação de contas	Valor das despesas com credenciados	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 46, IV	Demonstrar valor das despesas com profissionais credenciados.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-257	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Cadastro do Conselho Deliberativo	Lei Municipal nº 4.616/2005, arts. 47 e 48	Registrar composição do Conselho Deliberativo.	Horas técnicas
RS-258	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Registro de reunião do Conselho Deliberativo	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 49	Registrar reuniões do Conselho Deliberativo.	Horas técnicas
RS-259	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Registro de resolução do Conselho Deliberativo	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 49, §1º	Registrar resoluções do Conselho Deliberativo.	Horas técnicas
RS-260	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Recurso contra decisão de benefício	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 49, VI	Registrar recurso interposto por segurado ou dependente contra decisão sobre benefício.	Implementação
RS-261	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Parecer sobre segurado em débito	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 49, VII	Registrar acompanhamento, avaliação e parecer sobre segurado em débito.	Implementação
RS-262	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Cadastro do Conselho Fiscal	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 49-A	Registrar composição do Conselho Fiscal.	Horas técnicas
RS-263	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Registro de reunião do Conselho Fiscal	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 49-A, §4º	Registrar reuniões mensais do Conselho Fiscal.	Horas técnicas
RS-264	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Aprovação de prestação de contas	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 49-A, §4º, V	Registrar aprovação da prestação de contas pelo Conselho Fiscal.	Horas técnicas
RS-265	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Registro de ocorrência contratual	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, IV, c	Permitir ao fiscal de contratos anotar ocorrências da execução contratual.	Implementação
RS-266	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Comunicação de falhas ao gestor	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, IV, c	Permitir ao fiscal informar ao gestor faltas ou defeitos observados na execução contratual.	Implementação
RS-267	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Controle de processos e procedimentos	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, IV, b	Apoiar controle de processos e procedimentos do Instituto.	Implementação
RS-268	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Relatório de controle interno	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, VI, III e V	Emitir relatórios de controle interno e auditoria.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-269	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Parecer de legalidade	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, VI, III	Registrar pareceres sobre legalidade dos atos de gestão.	Implementação
RS-270	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Manifestação sobre licitação	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, VI, XII	Registrar manifestação do controle interno sobre processos licitatórios.	Horas técnicas
RS-271	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Manifestação sobre contrato	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, VI, XII	Registrar manifestação do controle interno sobre contratos e instrumentos congêneres.	Horas técnicas
RS-272	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Dados para portal da transparência	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, VI, X	Permitir extrair dados e instrumentos para divulgação no portal da transparência, observadas as restrições de sigilo e LGPD.	Implementação
RS-273	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Estatísticas de gastos médicos	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, V, c	Gerar estatísticas de gastos médicos.	Implementação
RS-274	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Estatísticas de gastos hospitalares	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, V, c	Gerar estatísticas de gastos hospitalares.	Implementação
RS-275	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Relatório de impacto de contas	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, V, c	Gerar relatórios de impacto de contas médicas e hospitalares.	Implementação
RS-276	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Parecer jurídico em credenciamento	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 55, III	Registrar parecer jurídico em processo de credenciamento.	Horas técnicas
RS-277	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Parecer jurídico em contrato	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 55, III	Registrar parecer jurídico em contrato.	Horas técnicas
RS-278	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Cobrança judicial de dívida	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 55, III	Registrar encaminhamento de dívida para cobrança judicial.	Implementação
RS-279	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Relatório de gestão anual	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 61, I	Gerar relatório de gestão anual.	Implementação
RS-280	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Relatórios gerenciais anuais	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 61, II	Gerar relatórios gerenciais anuais.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-281	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Relatórios financeiros anuais	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 61, II	Gerar relatórios financeiros anuais.	Implementação
RS-282	Relatório	Governança / Controle / Prestação de contas	Relatórios atuariais	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 61, II	Permitir registrar ou anexar relatórios atuariais.	Horas técnicas
RS-283	Funcional	Governança / Controle / Prestação de contas	Cadastro de atos normativos internos	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 69	Permitir registrar atos normativos internos editados pelo SERV SAÚDE.	Horas técnicas
RS-284	Não funcional	Segurança	Controle de acesso por perfil	LGPD; Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47; TR 03/2026, item 5.5.2	Permitir criação de perfis, grupos e permissões por função, com possibilidade de um usuário exercer múltiplos papéis.	POC
RS-285	Não funcional	Segurança	Autenticação de usuários	TR 03/2026, item 5.5.1	Disponibilizar controle de autenticação individual de usuários.	POC
RS-286	Não funcional	Segurança	Recuperação de senha por e-mail	TR 03/2026, item 5.13.2	Disponibilizar recurso de recuperação de senha por e-mail ou mecanismo equivalente seguro.	POC
RS-287	Não funcional	Segurança	Bloqueio por tentativas inválidas	TR 03/2026, item 5.13.3; 5.13.4; 5.5.24	Bloquear ou restringir acesso após quantidade definida de tentativas malsucedidas, por política configurada ou mecanismo equivalente.	POC
RS-288	Não funcional	Segurança	Timeout de sessão	Anexo II - POC, item 5.13.5	Encerrar sessão por inatividade conforme política de segurança parametrizada ou configurável.	POC
RS-289	Não funcional	Auditoria	Logs de tentativa de acesso	TR 03/2026, item 5.5.18; 5.13.4	Permitir consultar as tentativas de acesso com sucesso e sem sucesso, contendo data, hora, usuário informado, IP ou dado técnico equivalente.	POC
RS-290	Não funcional	Auditoria	Trilha de auditoria operacional	Lei Municipal nº 4.616/2005, arts. 19, 24, 47 e 61; TR 03/2026, item 5.6.34	Registrar inclusão, alteração, exclusão, autorização, negativa, pagamento, glosa e demais operações críticas com usuário, data, hora e justificativa quando aplicável.	POC
RS-291	Não funcional	Segurança	Login individual e intransferível	TR 03/2026, item 5.5.25	Disponibilizar mecanismos de autenticação individual, rastreabilidade de acessos e controles de segurança que contribuam para a mitigação do uso compartilhado de credenciais.	POC

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-292	Não funcional	Segurança	Configuração de horários de acesso	TR 03/2026, item 5.13.4	Permitir a parametrização de horários de acesso por usuário, perfil ou grupo, com bloqueio de autenticações fora dos períodos autorizados.	POC
RS-293	Não funcional	Segurança	Notificação de acesso indevido	TR 03/2026, item 5.13.9	A solução deve gerar alerta, registro ou chamado quando identificadas tentativas indevidas de acesso.	POC
RS-294	Não funcional	LGPD	Conformidade com LGPD	Lei nº 13.709/2018; TR 03/2026, item 5.7; 13.4.1	Tratar dados pessoais e sensíveis conforme finalidade, necessidade, segurança, registro de operações, confidencialidade e proteção de dados.	POC
RS-295	Não funcional	LGPD	Segregação de dados sensíveis de saúde	Lei nº 13.709/2018; Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 24	Restringir dados médicos, laudos, perícias, prontuários, faturas e informações sensíveis a perfis autorizados.	POC
RS-296	Não funcional	LGPD	Anonimização para transparência	Lei nº 13.709/2018; Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 47, VI, X	Permitir gerar relatórios públicos ou para transparência sem exposição indevida de dados pessoais e dados de saúde.	Implementação
RS-297	Não funcional	Cloud / SaaS	Operação em nuvem	TR 03/2026, itens 1 e 5.2.2	Disponibilizar solução em ambiente remoto/cloud, com acesso seguro por rede de dados.	POC
RS-298	Não funcional	Cloud / SaaS	Ambientes de produção, teste e homologação	TR 03/2026, item 5.2.2.4	Disponibilizar ou suportar ambientes de produção, teste e homologação, conforme plano de implantação.	Implementação
RS-299	Não funcional	Cloud / SaaS	Disponibilidade mínima	Minuta contratual; TR 03/2026, item 6.5.1	Garantir disponibilidade mínima definida no contrato, sugerida em 99,5%, 24 horas por dia.	POC
RS-300	Não funcional	Cloud / SaaS	Data center em território brasileiro	TR 03/2026, item 5.4.1.1.; 5.2.2.7	Hospedar dados em data center localizado em território brasileiro ou em conformidade com requisitos legais e contratuais.	POC
RS-301	Não funcional	Cloud / SaaS	Licenciamento de componentes de software	TR 03/2026, item 5.4.2.1; 5.4.2.2	Garantir licenças regulares para todos os componentes necessários à operação da solução durante a vigência contratual.	Implementação
RS-302	Não funcional	Continuidade	Backup e restauração	Lei Municipal nº 4.616/2005, arts. 43 a 61; boas práticas TIC; TR 03/2026, item 5.2.1.5	Executar rotinas de backup, restauração e preservação dos dados cadastrais, assistenciais, financeiros e documentais.	POC

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-303	Não funcional	Continuidade	Plano de contingência	Lei Municipal nº 4.616/2005, arts. 27 e 28; boas práticas TIC, TR 03/2026, item 6.4.13	Prever mecanismos de contingência para indisponibilidade que afete autorizações e processos críticos.	Implementação
RS-304	Não funcional	Reversibilidade	Exportação integral da base	Lei Municipal nº 4.616/2005, art. 60; TR 03/2026, item 6.12.2.1; 6.12.2.2	Permitir exportação integral dos dados, documentos, parametrizações e relatórios ao término do contrato.	Implementação
RS-305	Não funcional	Reversibilidade	Dicionário de dados	TR 03/2026, item 6.12.2.2; boas práticas TIC	Fornecer dicionário de dados ou documentação equivalente para viabilizar migração futura.	Implementação
RS-306	Não funcional	Interoperabilidade	Importação e exportação de dados	TR 03/2026, item 5.5.22	Permitir importar e exportar dados em formatos abertos e estruturados, como CSV, TXT, XLSX, JSON e XML, conforme módulo.	POC
RS-307	Integração	Interoperabilidade	API ou webservice	TR 03/2026, item 5.5.25	Disponibilizar API, webservice ou mecanismo equivalente para integração com sistemas externos.	POC
RS-308	Integração	ANS	TISS	ANS/TISS; TR 03/2026, item 5.22.2	Permitir recepção, validação, importação e exportação de informações no padrão TISS, quando aplicável ao modelo operacional do SERV SAÚDE.	POC
RS-309	Parametrização	ANS	TUSS	ANS/TISS; TR 03/2026, item 5.22.2	Permitir utilização de terminologias TUSS ou tabelas correlatas quando aplicável às rotinas de autorização, contas médicas e faturamento.	Implementação
RS-310	Relatório	ANS	Relatórios regulatórios ANS	TR 03/2026, item 5.6.44	Permitir gerar ou apoiar geração de relatórios exigidos pela ANS conforme enquadramento regulatório aplicável ao SERV SAÚDE.	Implementação
RS-311	Integração	ANS	SIB/ANS	Base normativa ANS; necessidade de operadora/autogestão	Permitir apoiar controle cadastral e geração de informações de beneficiários para obrigações regulatórias, quando aplicável.	Implementação
RS-312	Relatório	Indicadores	Painel de indicadores	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.5.30	Disponibilizar dashboards para apoio à tomada de decisão com dados assistenciais, administrativos e financeiros.	POC
RS-313	Relatório	Indicadores	Exportação de relatórios	Edital anterior/Anexo II - POC, item 5.5.22	Permitir exportar relatórios e dados em PDF, XLS/XLSX, CSV, JSON e TXT, conforme módulo.	POC

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-314	Relatório	Indicadores	Metas e tolerâncias	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.5.31	Permitir configurar metas, numeradores, denominadores e faixas de tolerância para indicadores.	Horas técnicas
RS-315	Funcional	Protocolo / Atendimento	Protocolo de atendimento	TR 03/2026, item 5.20.1; 5.20.2	Permitir criar, classificar, tramitar, anexar documentos e acompanhar protocolos de atendimento.	POC
RS-316	Funcional	Protocolo / Atendimento	Ouvidoria	TR 03/2026, item 5.20.4	Permitir encaminhar protocolo para ouvidoria e registrar reclamações, sugestões, elogios e respostas.	Implementação
RS-317	Funcional	Comunicação	Mensageria interna ou externa	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.19	Permitir troca de mensagens internas ou externas, com rastreabilidade e integração com e-mail ou canal definido.	Horas técnicas
RS-318	Funcional	Beneficiário	Portal ou aplicativo do beneficiário	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.10	Disponibilizar ambiente digital de acesso ao beneficiário, por meio de portal web responsivo, aplicativo móvel ou solução equivalente, permitindo consulta da carteirinha digital, rede credenciada, status de solicitações, notificações e demais informações essenciais.	POC
RS-319	Funcional	Beneficiário	Carteira digital	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.10	Disponibilizar carteira digital do beneficiário com identificação e situação cadastral.	POC
RS-320	Funcional	Beneficiário	Rede de atendimento no portal/app	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.10	Disponibilizar consulta à rede de prestadores credenciados no portal ou aplicativo.	POC
RS-321	Não funcional	Usabilidade	Interface responsiva	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.10	Apresentar interface responsiva para desktop, notebook, tablet e celular.	POC
RS-322	Não funcional	Usabilidade	Idioma português do Brasil	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.10	Apresentar interface, mensagens e relatórios em português do Brasil.	POC
RS-323	Não funcional	Usabilidade	Interface intuitiva	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.10	Apresentar telas claras, navegação simples e baixa complexidade operacional para os usuários.	POC
RS-324	Não funcional	Operação	Automação de processos manuais	Design Thinking	Automatizar rotinas atualmente manuais, reduzindo retrabalho, duplicidade e risco de erro.	Horas técnicas

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-325	Não funcional	Operação	Redução de uso de e-mail e WhatsApp como controle	Design Thinking;	Centralizar solicitações, documentos, autorizações e comunicações operacionais no sistema, reduzindo controles paralelos.	Horas técnicas
RS-326	Funcional	Implantação	Migração de dados legados	TR 03/2026, itens 5.12	Receber, transformar, carregar, validar e relatar inconsistências de dados provenientes da solução legada.	Implementação
RS-327	Funcional	Implantação	Relatório de inconsistências da migração	TR 03/2026, item 5.6.8.4	Gerar relatório de inconsistências identificadas na migração de dados.	Implementação
RS-328	Não funcional	Implantação	Implantação gradual	TR 03/2026, item 4.4; 6.2.3; 6.2.4; 6.12.2.5	Permitir implantação gradual por cronograma pactuado, com priorização de módulos e validações por etapa.	Implementação
RS-329	Não funcional	Implantação	Treinamento de usuários	TR 03/2026, item 5.24	Realizar capacitação dos usuários, preferencialmente por papéis e módulos, com carga horária e plano de treinamento definidos.	Implementação
RS-330	Não funcional	Suporte	Central de suporte	TR 03/2026, item 6.4.12	Disponibilizar central de suporte com registro de chamados, histórico, classificação e acompanhamento.	POC
RS-331	Não funcional	Suporte	SLA e IMR	TR 03/2026, item 6.4.20;	Permitir aferir níveis de serviço, registrar ocorrências e aplicar instrumento de medição de resultado quando previsto.	Implementação
RS-332	Não funcional	Suporte	Monitoramento de indisponibilidade	TR 03/2026, item 6.4.13	Disponibilizar mecanismos de monitoramento e alerta de indisponibilidade da solução.	Implementação
RS-333	Não funcional	Propriedade intelectual	Propriedade dos dados	Ata de suspensão nº 01/2026; LGPD	Assegurar que dados, documentos, parametrizações e relatórios gerados na execução pertencem ao SERV SAÚDE.	Implementação
RS-334	Funcional	Funcionalidades não nucleares	Reconhecimento facial	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.11.2	Possuir arquitetura compatível com futura implementação de reconhecimento facial para validação de identidade de beneficiários, incluindo gestão de registros biométricos em conformidade com a LGPD, podendo sua disponibilização ocorrer posteriormente mediante parametrização, configuração ou desenvolvimento a pedido da Administração.	Implementação

ID do Requisito	Tipo	Módulo / Grupo / Processo de Trabalho	Nome do Requisito	Fundamentação (Fonte)	Descrição Detalhada	Destino / Fase
RS-335	Funcional	Funcionalidades não nucleares	Chatbot	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.19.5 e 5.19.5.1	A solução deverá possuir capacidade de evolução para implantação de assistentes virtuais, mecanismos conversacionais automatizados (chatbots) ou tecnologias equivalentes para atendimento de beneficiários, prestadores e usuários internos, mediante contratação de serviços técnicos sob demanda.	Horas técnicas
RS-336	Funcional	Funcionalidades não nucleares	BI avançado e perfil epidemiológico	Design Thinking; TR 03/2026, item 5.5.32	Painéis analíticos avançados, análises epidemiológicas, indicadores assistenciais estratégicos e modelos preditivos poderão ser implementados mediante utilização de horas técnicas contratadas, após a estabilização, saneamento e consolidação da base de dados da CONTRATANTE.	Horas técnicas